

PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA – ARTIGO 227 CF/88

INTRODUÇÃO

Além da família e da escola, lugar de criança e adolescente é no orçamento público, cumprindo o princípio constitucional da **PRIORIDADE ABSOLUTA**.

PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA – ARTIGO 227 CF/88

SIGNIFICADO

- **Preferência na formulação de políticas públicas;**
- **Destinação privilegiada dos recursos para a área infanto-juvenil .**

PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA – ARTIGO 227 CF/88

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 227 da Constituição Federal:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”

PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA – ARTIGO 227 CF/88

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 4º, parágrafo único, do ECA:

“...A garantia de prioridade compreende:

c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.”

PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA – ARTIGO 227 CF/88

OBRIGATORIEDADE

Se o Gestor Público descumprir o princípio da prioridade absoluta poderá:

- Sofrer ação interposta pelo MPE, para compeli-lo a fazê-lo pela via judicial;**
- Ter suas contas desaprovadas pelo Tribunal de Contas;**
- Responder pela prática de improbidade administrativa;**
- Responder por crime de responsabilidade, dependendo do caso concreto.**

PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA – ARTIGO 227 CF/88

OBTENÇÃO DE RECURSOS

Os recursos deverão ser previstos no orçamento do Município, ficando em segundo plano a realização de outras despesas referentes à políticas públicas não preferenciais.

PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA – ARTIGO 227 CF/88

AÇÕES NECESSÁRIAS

- **Elaboração e implementação de políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente;**
- **Fortalecimento do Conselho Tutelar;**
- **Investimentos em educação infanto-juvenil (creches, pré-escola, ensino fundamental etc.);**

PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA – ARTIGO 227 CF/88

AÇÕES NECESSÁRIAS

- Criação de uma política sócio-educativa voltada aos adolescentes em conflito com a lei, e suas famílias;
- Combate a violência doméstica;
- Criação de programas de qualificação profissional e geração de emprego e renda.

PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA – ARTIGO 227 CF/88

CONCLUSÃO

É dever de todo administrador público respeitar o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, devendo fazê-lo por meio de políticas públicas e destinação orçamentária com o intuito de superar as desigualdades sociais, construindo uma sociedade progressivamente melhor e mais justa.

**OBRIGADO PELA
ATENÇÃO E UM
ÓTIMO DIA A
TODOS!!!!!!**